

O “homem dos riscos” e o “homem lento” e a teorização sobre o risco epidemiológico em tempos de globalização

Gil Sevalho¹

SEVALHO, G. The “risk-taking man” and the “slow man”, and theorizing on epidemiological risk at times of globalization. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, v.16, n.40, p.7-19, jan./mar. 2012.

By using time as an interdisciplinary composition element, the concept of epidemiological risk is discussed, recognizing the “risk-taking man” created by the epidemiologist Naomar de Almeida-Filho and the “slow man” created by the geographer Milton Santos. Jean-François Lyotard’s criticism of science as discourse that does not take popular narrative into account is used in the argument. The slow man resists fragmentation of identities imposed by globalization and creatively weaves solidarity in its place, while the risk-taking man represents speed and modernity, thereby imposing a standardizing, individualistic and competitive order. Epidemiological risk is envisaged in proximity to territories and places, and contrasts the slow man’s concreteness with the artificiality of the epidemiological discourse of the risk-taking man. Boaventura de Sousa Santos’s Southern Epistemology, with its sociologies of absences and emergencies, sustains this critical perspective and proposes scientific practice that is politically committed to social justice and prioritizes popular knowledge.

Keywords: Interdisciplinarity. Time. Epidemiology. Risk.

Utilizando o tempo como elemento de composição interdisciplinar, discute-se o conceito de risco epidemiológico reconhecendo-se o “homem dos riscos”, criado pelo epidemiologista Naomar de Almeida-Filho, e o “homem lento”, criado pelo geógrafo Milton Santos. A crítica de Jean-François Lyotard apontando a ciência como discurso que desconsidera a narrativa popular é usada na argumentação. O homem lento resiste à fragmentação das identidades imposta pela globalização, tecendo criativamente a solidariedade no lugar; o homem dos riscos será o da velocidade, da modernidade, impondo uma ordem padronizadora, individualista e competitiva. O risco epidemiológico é pensado na proximidade do território e do lugar, contrapondo-se a concretude do homem lento à artificialidade do discurso epidemiológico povoado pelo homem dos riscos. A Epistemologia do Sul de Boaventura de Sousa Santos, com suas sociologias das ausências e das emergências, toma por base esta perspectiva crítica, propondo uma prática científica politicamente comprometida com a justiça social, privilegiando o saber popular.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Tempo. Epidemiologia. Risco.

¹ Fundação Educacional de Divinópolis e Fundação Ezequiel Dias, à disposição da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz. Rua Vereda das Brumas, 214, Veredas das Geraes. Nova Lima, MG, Brasil. 34000-000. gsev@terra.com.br

Introdução

A discussão crítica sobre o conceito de risco epidemiológico vem sendo enriquecida por autores brasileiros pelo menos desde a década de 1990, e isso mostram os trabalhos de Naomar de Almeida-Filho (1992), Luis David Castiel (1994) e José Ricardo Ayres (1997). Tais considerações permanecem atuais em sua análise sobre a lógica de cientificidade modelada de forma abstrata, que privilegia a quantificação, estruturando uma ideia de risco que é distanciada da realidade das populações estudadas, orientada por pressupostos de padronização e previsibilidade.

O questionamento sobre a Epidemiologia, que remete ao engajamento da prática em saúde coletiva com o compromisso político por uma sociedade justa e igualitária, permanece, porquanto não foi superado – embora deva ser considerado que observações desta ordem podem estar fadadas ao desgaste no contexto do mundo globalizado a serviço do capital, controlado pelas grandes corporações transnacionalizadas, onde postulam-se: o fim da história, o fim das ideologias, o fim das utopias. A crítica, portanto, pode ter o destino do mar, como é sentido pelo poeta João Cabral de Melo Neto (1997, p.81), quando, em seu aparente ir e vir constante, torna-se silêncio “[...] alcançado à custa de sempre dizer a mesma coisa”. De outro modo, porém, pode assemelhar-se aos elementos que o antropólogo Roberto da Matta (1978, p.30) sente insinuando-se na prática etnológica como um blues “[...] cuja melodia ganha força pela repetição das suas frases de modo a cada vez mais se tornar perceptível”, um *epidemiological blues*.

Contribuindo para a sobrevivência do debate, a ideia de risco epidemiológico é pensada aqui em suas relações com o tempo, que é elemento cuja complexidade favorece a abordagem interdisciplinar. Estamos imersos no tempo, e falar de seu significado ou natureza não é fácil, mas acompanha esta aparente dificuldade um potencial metafórico que alimenta o exercício da reflexão teórica.

A aquisição biológica de uma percepção de duração e a combinação desta propriedade com uma capacidade crescente de memorizar e correlacionar a observação da ocorrência de fenômenos naturais e sociais levaram ao aperfeiçoamento evolutivo que proporcionou dimensões de continuidade e historicidade à experiência humana (Oliveira, 2003), e, desde então, a noção de tempo foi progressivamente transformada e instrumentalizada no sentido de maior precisão. Planejamos, agimos e construímos expectativas segundo certa regularidade definida pelo tempo, e é possível admitir que, sobre nós, a noção de tempo exerce determinado domínio. Assim é que Norbert Elias (1998, p. 30) reflete “sobre o tempo” enquanto marca do “processo civilizador” estruturado como sistema de normas que rege o equilíbrio entre autodisciplina individual e restrição social externa. No manejo da relação entre liberdade e coerção, necessário para o convívio social, “[...] à função de orientação exercida pelo tempo vem juntar-se mais uma outra: a de instrumento de regulação da conduta e da sensibilidade humanas”.

O tempo, dividido em unidades sucessivas mundialmente convencionadas e aferido por meio do relógio mecânico, máquina-modelo da sociedade industrial, tornou-se componente fundamental da cultura. A importância da noção de tempo para a humanidade pode, portanto, ser compreendida a partir das considerações de Eagleton (2005) sobre a conceituação de cultura. Para o autor, “[...] ‘cultura’ denotava de início um processo completamente material, que foi depois metaforicamente transferido para questões do espírito” (Eagleton, 2005, p.10). Seu “[...] desdobramento semântico” mostra que a palavra mapeia o trajeto da “[...] própria humanidade da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Picasso, do lavrar do solo à divisão do átomo” (p.10). No mesmo termo, “[...] entram indistintamente em foco questões de liberdade e determinismo, mudança e identidade, o dado e o criado”, sugerindo “[...] uma dialética entre o artificial e o natural, entre o que fazemos ao mundo e o que o mundo nos faz” (p.11).

É neste contexto que se põe o tempo. A cultura da nossa época é do elogio da velocidade.

Jacques Le Goff (1980) esclarece que, até o final da Idade Média, sob o domínio da Igreja, o tempo era visto como pertencente a Deus e medido pelo chamado dos sinos para as obrigações religiosas, o que mudou com a experiência do mercador e sua necessidade de aferições mais precisas do tempo para auferir lucros com rapidez na conclusão de um trajeto, na entrega das encomendas e no comércio. Surge, assim, o tempo dos relógios, a “[...] mãe das máquinas”, que significou a passagem

de um mundo do “[...] mais-ou-menos” para o universo mecanicista da maior precisão (Oliveira, 2003, p.45). Para Whitrow (1993, p.128), a aceleração temporal inicia-se com a concepção de que “[...] tempo é dinheiro”, marcando o fim da visão de que o tempo era “[...] abundante” em sua associação com o “[...] ciclo inalterável do solo”.

A mensuração mecânica do tempo possibilitou a quantificação do trabalho humano (Oliveira, 2003), da produção, do mercado, do lucro. A estratégica valorização financeira da velocidade marca a nossa sociedade a tal ponto que inspira Paul Virilio (1996, p.123) a afirmar que “[...] a questão da posse do tempo renovou a da posse territorial”. No mundo de hoje, o poder não é conferido somente a partir do domínio do território, mas também a partir do domínio sobre o tempo, da rapidez.

Assim é que termos como “volatilidade” pertencem à dinâmica financeira constitutiva da globalização do capital, pelo que é possível concordar com Virilio e Lotringer (1984) quando apontam que “[...] o cúmulo da velocidade” é “[...] absoluta desterritorialização” (p.75), e que, para avançar na consideração desta questão, é necessário “politizar a velocidade” (p.37).

Refletir sobre o tempo da globalização em sua relação com o risco, fundamento do conhecimento epidemiológico, é o projeto deste artigo, o que será feito contrapondo-se duas personagens criadas no campo da crítica científica por dois respeitados pensadores brasileiros: o geógrafo Milton Santos e o epidemiologista Naomar de Almeida-Filho. Serão apresentados o “homem lento” de Santos (1996, 1994b) e o “homem dos riscos” de Almeida-Filho (2000a, 2000b, 1997), que nos mostrarão qualidades, contraste, relações que devem contribuir para a consideração teórica do risco no tempo e no espaço da saúde coletiva.

A ideia de que o tempo deve ser objeto de apreciação distinta em relação ao espaço é concepção de Ilya Prigogine (1996), inspirada em Henri Bergson, em defesa da complexidade, da incerteza do futuro regido pela assimetria, pela bifurcação, pela irreversibilidade. Podendo ser lidos separadamente, possuindo o tempo sua própria natureza, que é a duração, e o espaço outra, que é o movimento, é necessário buscar uma coordenação entre os dois elementos. Assim, velocidade/aceleração é mudança de duração e, também, de movimento que, na perspectiva do mundo globalizado, tem impacto sobre o território enquanto cenário essencial da ação humana, espaço cultural e existencial da vida, referência física e emocional, no sentido que lhe dá a Geografia de Milton Santos.

O “homem dos riscos” de Naomar de Almeida-Filho

O “homem dos riscos” surge no contexto da discussão desenvolvida por Naomar de Almeida-Filho (1992) sobre o referencial epistemológico da Epidemiologia e sua relação com a clínica, uma abordagem crítica sobre a fundamentação científica dos campos de conhecimento.

Para Almeida-Filho (1997, p.60), o risco é o “[...] objeto modelo” da Epidemiologia, “[...] objeto intermediário, que serve de ligação entre os diversos campos de conhecimento em saúde” para dar conta da “[...] lacuna entre o individual e o coletivo”.

Almeida-Filho (1997, 1992) reflete sobre a Epidemiologia enquanto campo discursivo técnico-científico. O autor afirma que o risco epidemiológico privilegia a dimensão de probabilidade, tendo historicamente se afastado da ideia de dano. No terreno das probabilidades, na operacionalização quantitativa, risco em epidemiologia pode significar tanto ameaça quanto proteção.

O conceito epidemiológico de risco desconhece a singularidade dos eventos, estabelecendo uma perspectiva de padronização de ocorrências seriadas. O conceito, dentro da “[...] ambigüidade que é própria do projeto da Epidemiologia”, segundo Almeida-Filho (1997, p.131), funciona como predição temporal a partir de observações pregressas, uma predição verdadeira, e também como predição espacial, uma “[...] pseudo-predição” (p.132), quando dados sobre uma população são referidos a outras. Busca-se, portanto, quebrar “[...] limites do tempo e do espaço” utilizando-se relações “[...] inferenciais” (p.133).

No discurso epidemiológico, desconhecem-se contextos históricos e geográficos, forçando-se uma generalização. O risco localiza-se não no sujeito, mas na população e em uma origem ficcional. Deriva desta perspectiva o conceito de fator de risco, uma espécie de “[...] preditor de uma predição” que, no conhecimento epidemiológico, confunde-se com o risco, como afirma Almeida-Filho (1997, p. 134).

Almeida-Filho (1997, p.145), assumindo que um discurso pode construir um mundo, percebe que a Epidemiologia, ao considerar o risco, circunscreve "[...] um ambiente ficcional (mas não fictício) povoado por populações abstratas". As populações de referência do conhecimento epidemiológico são, de fato, bases de dados.

Trata-se da construção de uma fundamentação científica a partir de uma representação mental fundada na lógica inferencial que orienta o raciocínio epidemiológico, uma ancoragem em dados que são convertidos em população-modelo, um simulacro, uma espécie de prótese universal que se encaixa em várias situações, não importando a especificidade do contexto social.

Almeida-Filho (1997) imagina um "[...] universo paralelo", povoado não por pessoas, mas por "[...] perfis epidemiológicos" (p.146). Um mundo construído por um discurso habitado por um *cyborg*, "homem pós-moderno", o "homem dos riscos" (p.150). Se assim emerge um "[...] novo sujeito, ele se revela cada vez menos subjetivo", sendo reconhecido, então, pelo que compartilha com todos os seus semelhantes e, "[...] em termos de saúde, o que compartilha com os demais é o risco" (p.150).

O homem dos riscos é o habitante do mundo paralelo engendrado pela teoria epidemiológica. Um "[...] novo homem/mulher", esclarece Almeida-Filho (1997), que "[...] tem o conceito de risco como elemento fundante na sua fabricação enquanto figura mítica que se constitui historicamente nos tempos que correm" (p.150). Definindo-se como "[...] discurso privilegiado sobre o risco, a Epidemiologia pós-moderna passa a ter ante o *cyborg* o mesmo papel que a clínica havia assumido com relação ao homem moderno" (p.151).

Procurando alternativas que contribuam para uma "[...] renovação da Epidemiologia", Almeida-Filho (1997, p.200) propõe abordagens interdisciplinares que alcancem outros campos de conhecimento que têm se revigorado teoricamente. Neste sentido, sugere, particularmente, "[...] a análise do espaço enquanto territorialidade, com base na moderna geografia".

O "homem lento" de Milton Santos

O "homem lento" é personagem elaborada por Milton Santos (1994b) em sua discussão sobre técnica, espaço, tempo. Personifica o homem comum, pobre, do lugar, que, no ambiente das metrópoles emergentes, resiste às forças verticais, externas, da globalização.

Milton Santos (2000, 2008, 1994a) define território como o espaço usado, onde desenvolvem-se relações humanas de identidade, vizinhança, solidariedade. O território abriga o lugar, unidade de maior proximidade social. No contexto da globalização, o entendimento do território contrapõe-se à imposição da alienação, da perda de identidade individual e coletiva, da renúncia ao futuro.

O território é produto histórico que surge com a sedentarização e a acumulação do trabalho humanos, a partir da consciência das fronteiras e limites espaciais externos. Neste sentido, o território é base do Estado-Nação. Como afirma Milton Santos (1994), no entanto, se antes nem todo território era estatizado, também hoje tudo não é estritamente transnacionalizado.

A objetivação da noção de distância, uma perda da relação subjetiva com o espaço, é marcante no processo de modernização, como explica Bauman (1999). Antes, o homem media o mundo com o seu corpo, mas as medidas antropométricas (pés, polegadas etc.), que expressavam ideias de proximidade e relação com a terra, não atenderam às necessidades de padronização do mercantilismo e do capitalismo, e assim foram desenvolvidas outras cartografias. As formas antigas de medir tinham também o sentido de proteger o camponês da dominação dos poderes dos senhores e do Estado.

É interessante pensar que assim teve início uma história de dominação que é materializada na globalização com o controle das grandes corporações sobre o território.

O território é soma de partes das realizações presentes e passadas, é a "[...] base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida" (Santos, 2000, p.96). No mundo globalizado, porém, ao nível do território, apresentam-se verticalidades e horizontalidades. As verticalidades são forças manejadas pelas corporações transnacionais que controlam o sistema mundializado, impondo normas e padrões estranhos ao lugar, fragmentando e desfigurando o território. As horizontalidades representam as singularidades produzidas no / e pelo território, que resistem às verticalidades. Estabelece-se uma relação dialética entre verticalidades vindas do exterior e horizontalidades geradas

no território e no lugar; entre a imposição de regras manejadas à distância e a resistência das singularidades próprias da sociabilidade produzida na contiguidade e na proximidade, entre, enfim, competitividade e solidariedade (Santos, 2000, 1996).

No contexto da disputa entre verticalidades e horizontalidades, longe de desaparecer, o Estado é ágil suporte para viabilização do domínio pelas corporações transnacionais. Omite-se em relação às reivindicações sociais das classes desestabilizadas pela globalização, mas é flexível aos interesses do capital e curva-se diante das corporações, rendendo-se aos alegados aportes sociais de modernidade e emprego (Santos, 2000).

"A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela" (Santos, 1996, p.258). O lugar é a articulação do global e do local, onde cooperação e conflito conformam a vida em comum. No lugar superpõem-se "[...] dialeticamente, o eixo das sucessões", de transmissão das escalas superiores vindas do exterior, e aquele "[...] dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo". Apresenta-se "[...] nos lugares complexos, que geralmente coincidem com as metrópoles", uma profusão de vetores. São recebidas do mundo "[...] solicitações e ordens precisas de ações condicionadas", mas o lugar é também "[...] o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis", forjadas pela "[...] ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade".

O território é um conjunto singular de objetos e ações. Os sistemas de objetos técnicos de hoje caracterizam-se por suas globalidade, universalidade e artificialidade, e podem ser implantados em qualquer lugar. Têm extrema funcionalidade e a mesma composição em todos os lugares, e, obedecendo a lógicas estranhas, destroçam a relação que temos com a natureza. Os novos objetos atendem exigências da produção e do consumo e criam espaços funcionalmente especializados e exclusivos e, assim, à cidade de todos sobrepõe-se outra, seletiva por sua modernidade, que, se não é o espaço mais extenso, é aquele que domina política e economicamente, subordinando a espontaneidade e a solidariedade (Santos, 2008).

Quanto mais os países se modernizam, as grandes cidades mais associam lógicas externas e internas e, assim, desde que nascem, são fadadas a tornarem-se "[...] cidades sem cidadãos" (Santos, 2008, p.70).

Milton Santos (2008) prescreve a indissociabilidade analítica do tempo e do espaço, mas sugere considerar o tempo como sucessão e trama dos eventos e o espaço como o lugar onde materializa-se a possibilidade dos eventos.

Para Santos, tempo e espaço fundiram-se no mundo globalizado. A unificação global do tempo e do espaço é também unificação e generalização de gostos e desejos. Há, portanto, um "[...] Tempo do mundo", veloz, colocado diante do homem comum que habita a cidade (Santos, 2008, p.78). O "[...] sistema técnico hegemônico aparece como algo absolutamente indispensável" e, como consequência, surge "[...] a velocidade resultante como um dado desejável a todos que pretendem participar, de pleno direito, da modernidade atual" (Santos, 2000, p.124).

Na perspectiva de Santos (2008, p.29), "o que existe são temporalidades hegemônicas e temporalidades não-hegemônicas, ou hegemônicas". As primeiras são vetores dos agentes que dominam a economia, a política e a cultura; os demais agentes, "[...] hegemônicos pelos primeiros, devem contentar-se com tempos mais lentos" (p.29). A velocidade, segundo Santos (2000, p.122), é "[...] imperativo das empresas hegemônicas", mas a grande maioria da população vive de outra forma.

O mundo concreto do homem comum é a cidade, especialmente a metrópole. Na cidade existem áreas luminosas e opacas e, nestas últimas, vivem os pobres, em seus "[...] espaços da lentidão e não da vertigem" (Santos, 2008, p.79). Nos espaços constituídos por formas não atualizadas sobrevivem as classes sociais pressionadas pela globalização, personificadas no homem lento.

Segundo Santos (2008), as cidades emergentes são "[...] rígidas na sua vocação internacional" (p.74) e dotadas de "[...] flexibilidade tropical" (p.79), admitindo presenças variadas de capital e trabalho. Nelas os homens aprendem a partir da convivência com os diferentes e, por isso, estas cidades constituem "[...] o lugar da educação e da reeducação" (p.79). Existe "[...] uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação", sustentadas no território onde a solidariedade é incessantemente criada (Santos, 1996, p.260).

Para Santos (2008, p.80), os ricos e as classes médias possuem mobilidade e, por isso, "[...] acabam por ver pouco da cidade e do mundo", conformados à repetição dominada pela técnica. "Os homens 'lentos', por seu turno, para quem essas imagens são miragens", são "[...] mais velozes na descoberta do mundo", inseridos "[...] num processo intelectual contraditório e criativo".

É com esta esperança na transformação social, que Milton Santos (2008, p.80) afirma que "[...] a força é dos 'lentos'", discordando explicitamente de autores como Paul Virilio que sugerem que a velocidade destruirá os tempos locais.

A globalização perversa é contrariada no lugar (Santos, 2000). "O próprio mundo se instala nos lugares, sobretudo nas grandes cidades", onde surge a "[...] presença maciça de uma humanidade misturada, vinda de todos os quadrantes e trazendo consigo interpretações variadas e múltiplas" (Santos, 2000, p.172) que "[...] colaboram na produção renovada do entendimento e da crítica da existência" (p.172-3). Assim, "[...] o cotidiano de cada um se enriquece pela experiência própria e pela do vizinho" formando "[...] o caldo de cultura necessário à proposição e ao exercício de uma nova política" (p.173).

Combinam-se, no lugar, as temporalidades dos migrantes que chegam à cidade com aquelas dos que lá vivem, originando novas interpretações e orientações (Santos, 2008).

O homem lento é o produtor das solidariedades na contiguidade do lugar, e Santos (2008, p.82) sugere que a questão da solidariedade na cidade é um tema revelador. Afirma que "[...] nosso esforço" deve se voltar para o entendimento dos "[...] mecanismos dessa nova solidariedade fundada nos tempos lentos da metrópole, que desafia a perversidade difundida pelos tempos rápidos da competitividade".

Encontros e desencontros do homem dos riscos e do homem lento – risco epidemiológico, tempo, espaço

O homem dos riscos, pensado por Naomar de Almeida-Filho no âmbito da Epidemiologia, e o homem lento, desenvolvido na Geografia de Milton Santos, originam-se de reflexões críticas quanto às concepções dominantes nos respectivos campos científicos. Se, contudo, o primeiro é um *cyborg* localizado em um ambiente artificializado que se presta à generalização das inferências e à universalização do espaço, o homem lento é carregado de humanidade e subjetividade, gerador de espontaneidade no cotidiano do lugar.

O homem dos riscos é afeito ao determinismo asséptico que supõe uma ordenação linear das coisas; o homem lento é irremediavelmente contaminado pelos fatos e pela história, vivendo, na instabilidade, a abertura da complexidade.

A composição das duas personagens, na perspectiva de uma abordagem crítica interdisciplinar, pode ser marcada pelo tempo enquanto categoria de análise, incorporando-se a teorização da Geografia de Milton Santos à discussão sobre o risco epidemiológico. O homem lento é aquele contraposto à fragmentação da identidade social imposta pela globalização, e o homem dos riscos será o da velocidade, da modernidade que controla a partir da ordem padronizadora e individualiza pelo estímulo à competição. É procedente interpretar o homem dos riscos como agente da velocidade e das verticalidades às quais, na sociabilidade do lugar, resiste o homem lento produzindo horizontalidades. Por certo, formas e concepções de exposição ao risco devem ser diferentes a partir da consideração de cada uma das personagens, sob um ponto de vista alternativo ao que hoje domina a ciência, como será mostrado neste artigo.

O tempo, com seu potencial metafórico, de transporte conceitual, revela-se útil como ferramenta de discussão sobre o conceito de risco epidemiológico. É em relação às possibilidades de migração de conceitos cruzando fronteiras interdisciplinares que Edgar Morin (2007, p.117) refere, diante da prática científica que exclui o saber, que valem mais aqueles conceitos que "[...] viajem clandestinamente", e é bom também que assim façam "[...] sem serem detectados pelos fiscais da alfândega!"

Santos (2008) quer trabalhar empiricamente o tempo de modo a evitar "[...] o esqueleto abstrato da universalidade" (p.77). Entende que, "[...] por meio do lugar e do cotidiano o tempo e

o espaço, que contém a variedade das coisas e das ações, também incluem a multiplicidade infinita de perspectivas" (p.35). Sua visão tem correspondência com a crítica de Almeida-Filho em relação à universalidade das próteses de dados inferenciais da Epidemiologia que compõe a estruturação do homem dos riscos.

De relevância sempre reconhecida na área de saúde coletiva, a Epidemiologia é usada como referência teórica do SUS desde que este foi concebido. Na prática, porém, contando-se a descentralização e a hierarquização de serviços, passando pela municipalização e a distritalização, o aporte epidemiológico restringiu-se, primordialmente, à administração física do espaço, desconhecendo, quando orienta a demarcação de limites e a operação de sistemas referenciais de intervenção, a multidimensionalidade do território.

Para Santos (2008, p.79), "cidades são sistemas abertos e complexos, ricos de instabilidade e contingência". Prigogine e Stengers (1984, p.102) afirmam que uma célula ou uma cidade só podem ser entendidas como sistemas que vivem de sua abertura, "[...] alimentam-se do fluxo de matéria e energia que vêm do mundo exterior. Está excluído", portanto, "[...] que uma cidade, ou uma célula viva, evolua para uma compensação mútua, um equilíbrio entre os fluxos que entram e saem". A célula e a cidade morrerão se isoladas do seu meio, não alimentadas pelos fluxos que "[...] não cessam de transformar".

Os epidemiologistas, no entanto, valorizam "[...] os delineamentos mais controlados", alienando os dados epidemiológicos, tornando-os próprios de "[...] sistemas fechados e controlados", distantes dos "[...] sistemas abertos e caóticos característicos da realidade histórica e social, das populações concretas" (Almeida-Filho, 1997, p.196).

Almeida-Filho (1997, p.144) salienta o poder do discurso na produção das ideias científicas e explicita que "[...] discursos produzem efeitos". É também sobre este aspecto que pensa Jean-François Lyotard (1993, p.3) quando analisa os critérios de validade dos enunciados científicos afirmando que "[...] a ciência é uma espécie de discurso". Para Lyotard, a linguagem é ponto de convergência do vanguardismo científico de meados do século XX.

Segundo Lyotard (1993), existem o saber científico, onde dominam a informação e a tecnologia, e o saber narrativo. Os saberes são "[...] jogos de linguagem" (p.16), e a cada um são pertinentes critérios de legitimação diferentes. O saber científico compreende exclusivamente os enunciados denotativos, e sua legitimação remete-se à comprovação, dando-se na sociedade pós-industrial pelo critério de "desempenho" (p.83) formulado segundo valores capitalistas, de mercado. Considere-se, então, que a decisão, hoje, está nas mãos das grandes corporações, o saber científico envolve, em sua legitimação, o poder e a esta situação pode escapar o sentido do que é aceito como justo ou ético. O saber narrativo abriga uma pluralidade de jogos de linguagem e vários tipos de enunciados, denotativos, prescritivos, avaliativos. A ele se estendem critérios de felicidade, justiça, beleza etc., que são legitimados por meio do consenso que "[...] constitui a cultura de um povo" (p.36). Os relatos do saber narrativo autolegitimam-se em sua concepção popular. Há, nas narrativas, uma "[...] tríplice competência – saber-dizer, saber-ouvir, saber-fazer", que compreende os modos de convivência da comunidade, entre seus membros e com o exterior, e estrutura "[...] o vínculo social" (p.40).

O saber tradicional é marcado pela forma narrativa e, para o saber científico, as narrativas carecem de validade, devendo ser civilizadas e educadas. O saber científico implica uma "[...] pretensão à universalidade" que não tem sentido para o saber narrativo. Assim, o operador do saber científico é "[...] forçosamente abstrato", porque é "[...] modelado sobre o paradigma do único conhecedor" que é "[...] remetente-destinatário de enunciados denotativos com valor de verdade" (Lyotard, 1993, p.55).

O saber científico exige o isolamento de um jogo de linguagem denotativo e exclui aqueles que, combinados, formam o vínculo social. É neste cenário que, na compreensão de Lyotard (1993, p.111), "[...] o recurso aos grandes relatos está excluído".

Esta concepção epistemológica do saber científico permite conceber o homem dos riscos em seu mundo artificial dominando o discurso epidemiológico. Permite também apreciar criticamente a ideia de "estilos de vida" que, ao compor uma impressão de opção ou escolha, tem inegável conotação ideológica conservadora na consideração da exposição ao risco. Certamente, por isso, a ela se contrapõe Almeida-Filho (2000a, p.167) propondo a ideia de "modos de vida", com a intenção de

"[...] problematizar a incorporação de significado e sentido ao risco, seus fatores e seus efeitos sobre os processos de reprodução social". Em outro mundo que não o ficcional do homem dos riscos, no território, habita o homem lento, com seus modos de vida, no lugar onde florescem as narrativas.

Ao contexto desta discussão sobre a ideia de risco epidemiológico, presta-se a afirmativa de Milton Santos (2000, p.21) de que a existência de uma "[...] sociodiversidade" no território possibilita a "[...] produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato". Vale, então, trabalhar um conceito de risco epidemiológico que considere o homem lento do lugar, com seus saberes (saber-dizer, saber-ouvir, saber-fazer, saber-viver), sua "flexibilidade tropical".

É esta perspectiva referenciada ao que há de poderoso na elaboração de Lyotard que nos interessa. Neste aspecto, a oportunidade que se abre é a consideração da ideia de risco epidemiológico na perspectiva do saber narrativo, o que significa considerar o cotidiano do homem comum. É importante, porém, ir mais além, buscando teorizações que permitam, ainda que em forma de esboço, possibilidades de operar o conceito de risco a partir desta abordagem crítica, o que nos leva ao trabalho desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos em sua Epistemologia do Sul.

É importante esclarecer que Boaventura de Sousa Santos (Sousa Santos, 2008) critica a predominância entre os pensadores pós-modernos de uma negação da modernidade e, contrapondo-se a esta perspectiva, constrói um "[...] pós-modernismo de oposição" (p.33), reforçando "[...] os valores modernos da liberdade, da igualdade e da solidariedade" (p.27). Os pós-modernos, para Sousa Santos, padecem de um eurocentrismo dominante, e a celebração "[...] da proliferação das periferias" oculta "[...] a relação desigual, no capitalismo moderno, entre Norte e Sul" (p.30). Segundo o autor, "[...] a proliferação das periferias acarreta a proliferação dos centros", o que embota o significado da relação capitalista imperial/colonial (p.30). Sousa Santos entende que a teorização de Lyotard encaixa-se neste contexto de pós-modernidade por ele criticado, sendo subjacente a ela uma "[...] reivindicação da singularidade do Ocidente" ao considerar a ciência como uma "[...] opção ocidental" (p.30).

Em seu pós-modernismo de oposição, Sousa Santos (2008) pretende desfamiliarizar-se do Norte imperial e aprender com o Sul, reconhecendo, porém, que há também um Sul imperialista. Assim, "[...] só se aprende com o Sul" concebendo-o como "[...] resistência à dominação do Norte e se busca nele o que não foi totalmente desfigurado ou destruído" (p.33). O pós-modernismo de oposição coloca-se nas "[...] margens ou periferias mais extremas da modernidade ocidental para daí lançar um novo olhar crítico sobre ela", escavando em suas ruínas "[...] em busca de elementos ou tradições suprimidas ou marginalizadas", porque menos colonizadas, que nos guiem "[...] na construção de novos paradigmas de transformação social" (p.33).

O pensamento de Sousa Santos (2008) é pós-colonialista, mas ele critica: a perspectiva dominante nos estudos pós-coloniais, por seu viés culturalista, que não dá possibilidade ao colonizado de expressar-se em seus próprios termos; a ênfase no colonialismo, desarticulado do capitalismo, e a apresentação da Europa opondo-se ao mundo não ocidental como uma estrutura uniforme, desconhecendo as particularidades históricas localizadas do processo colonizador.

Para Sousa Santos (2010) "[...] o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal" (p.31) porque divide "[...] a realidade social em dois universos distintos: o universo 'deste lado da linha' e o universo 'do outro lado da linha'" (p.32). Uma divisão radical, a ponto de fazer desaparecer este outro lado enquanto realidade e fazê-lo inexistir.

Esta divisão promovida pelo pensamento abissal corresponde a uma caracterização da modernidade ocidental "[...] como um paradigma fundado na tensão entre regulação e emancipação social" (Sousa Santos, 2010, p.32). Subjacente a esta distinção, existe outra, "[...] invisível", entre "[...] as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais", à qual não se aplica a lógica regulação/emancipação, mas a "[...] dicotomia apropriação/violência".

É neste sentido que, para Sousa Santos (2010), a racionalidade científica ocidental, com seus objetos e métodos próprios, não reconhece os demais conhecimentos que não se submetem aos seus pressupostos, como são os "[...] populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas" (p.33) ou outros que estão do outro lado da linha. "Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis" (p.33-34) porque se encontram "[...] para além do universo do verdadeiro e do falso" (p.34) moldado pela cientificidade ocidental. Segundo estes critérios, os conhecimentos do outro

lado da linha restringem-se a “[...] crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos” (p.34).

Entende Sousa Santos (2010, p.51) que “[...] o cosmopolitismo subalterno manifesta-se através de iniciativas e movimentos que constituem a globalização contra-hegemônica”. É a construção de um “[...] vasto conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra a exclusão econômica, social, política e cultural” produzida “[...] pela mais recente encarnação do capitalismo global, conhecida como globalização neoliberal”.

Para compreender este contexto, Sousa Santos (2010) vem construindo sua Epistemologia do Sul, que confronta a “monocultura da ciência moderna” ocidental por meio de uma “ecologia dos saberes” na perspectiva de um “[...] pensamento pós-abissal” (p.53). A proposta é fundamentada na política de conhecer o local e as experiências das populações que as ciências sociais vêm renegando. A “[...] ecologia dos saberes procura dar consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo” (p.56). Ancorada na “[...] utopia do interconhecimento”, que aprende “[...] outros conhecimentos sem esquecer os próprios”, busca dar credibilidade aos “[...] conhecimentos não-científicos”, e isso “[...] não implica o descrédito do conhecimento científico”, mas a “[...] sua utilização contrahegemônica” (p.57).

Sousa Santos (2010) aponta que “[...] muitas das experiências subalternas de resistência são locais ou foram localizadas” (p.59). Assim, se “[...] diferentes práticas de conhecimento têm lugar em diferentes escalas espaciais e de acordo com diferentes durações e ritmos”, é uma requisição da intersubjetividade conhecer e agir articulando interesalaridade e intertemporalidade (p.58-9).

Sousa Santos (2007) pensa as ecologias “da transescala” e “das temporalidades”, que juntamente com as ecologias “dos saberes”, “do reconhecimento” e “da produtividade” conformam a sua “sociologia das ausências”. Estas cinco formas de produção de ausências confrontam as respectivas “monoculturas” dominantes que desacreditam e destroem as experiências alternativas.

É nesta perspectiva que deve ser pensado o conceito de risco epidemiológico a partir do território. As ecologias da transescala e das temporalidades permitem lidar com as multiplicidades de escalas e temporalidades vividas no território. A ecologia da transescala articula projetos locais, nacionais e globais, e a das temporalidades compreende tempos referenciados às diversas culturas presentes no local. É no lugar, na resistência das durações diante da velocidade, que o homem lento vive situações e produz, emite e faz circular o seu saber que abriga juízos e significados sobre o risco epidemiológico que o saber científico desconhece.

Explica Santos (2000, p.111) que “[...] ao contrário das verticalidades, regidas por um relógio único, nas horizontalidades”, produzidas na particularidade do homem lento, “[...] funcionam, ao mesmo tempo, vários relógios, realizando-se, paralelamente, várias temporalidades”. Como afirma o autor, “[...] o tempo concreto dos homens é a temporalização prática”, a “[...] interpretação particular do Tempo por cada grupo” (Santos, 2008, p.79).

Almeida-Filho (1997) reconhece que “[...] tempo e espaço são definidores de singularidade”, mas a Epidemiologia busca a “[...] generalidade” (p.188). O raciocínio epidemiológico preditivo é “[...] dependente de uma definição linear de tempo, na perspectiva de uma temporalidade ‘especializada’”, o que exclui “[...] a possibilidade de considerar a emergência radical à medida que esta necessariamente implica a imprevisibilidade” (p.184). A Epidemiologia, afirma Almeida-Filho, perde, assim, a noção de que “[...] cada indivíduo movimenta-se, como sujeito histórico, em uma cotidianidade que lhe é própria” (p.193). Também considerando a representação do tempo no discurso epidemiológico, Sevalho (1999) assinala que uma visão positivista marca o campo de conhecimento, amputando a dimensão histórica dos processos investigados. Um tempo positivista, segundo Verdenal (1974), é aquele que, congelado na imobilidade, faz passado e futuro coincidirem para escapar à incerteza do devir. As ecologias de Boaventura de Sousa Santos permitem, por seu turno, identificar e articular outros tempos que não o linear hegemônico que coage os sistemas locais, contribuindo, então, com outras formas de pensar o risco epidemiológico.

Mais do que saber como a ciência representa a realidade, interessa a Sousa Santos (2010) saber quais são as suas formas de intervenção no real. Esta é uma das perspectivas de seu projeto “Reinventar a emancipação social: para novos manifestos”, que reuniu investigadores de várias

partes do mundo. O Projeto transforma em experiências de campo a teorização de Sousa Santos, e entre os estudos que originou, no âmbito da saúde, citamos a investigação de Meneses (2005, p.426) interrogando a "[...] relação dicotômica entre saberes locais e globais, vista através do prisma da evolução da medicina 'tradicional' moçambicana, e a de Xaba (2005, p.379) sobre o "[...] impacto sociocultural da marginalização das práticas médicas" indígenas da África do Sul. Ainda no campo da saúde, Sousa Santos orientou a pesquisa de Elizabeth Teixeira (2008) sobre a "cartografia simbólica do cuidado", que procurou conhecer a experiência da população da Ilha de Combu, na área metropolitana de Belém do Pará, em relação aos cuidados sanitários. As abordagens trazem informações relevantes sobre como operar a proposta de trabalhar o conceito de risco epidemiológico na concepção crítica aqui delineada.

Conexões entre os pensamentos de Naomar de Almeida-Filho, Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos são encontradas nas publicações dos autores. Almeida-Filho (2000b, p.111) declara a influência da "[...] epistemologia pós-moderna" de Boaventura de Sousa Santos, referindo-se à obra "Introdução a uma ciência pós-moderna" (Sousa Santos, 1989). O texto "O lugar e o cotidiano" de Milton Santos (2010) foi reproduzido, após a morte do grande geógrafo, na edição brasileira de "Epistemologias do sul" organizada por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses.

As observações feitas quanto à objetividade do conceito de risco epidemiológico têm uma demarcação comum, integram o ambiente crítico alimentado pela ideia de humanização da ciência, posto em marcha com mais vigor a partir da segunda metade do século XX. Nesta perspectiva, reconhece-se a eficiência da ciência desenvolvida, mas identificam-se paradigmas em crise. É neste contexto que Almeida-Filho fala da exterioridade que envolve o raciocínio epidemiológico, Castiel (1994) aponta a dificuldade da Epidemiologia em lidar com a singularidade humana, e Ayres (1997) evidencia uma trajetória do conceito de risco epidemiológico rumo à abstração matemática crescente. A produção dos autores sobre o tema prossegue, como mostram trabalhos recentes discutindo a promoção da saúde (Almeida-Filho, Coutinho, 2007; Castiel, 2003; Ayres, 2002).

A ideia de risco é relevante para a modernidade ocidental. La Mendola (2005) registra a origem do termo no ambiente náutico da aventura colonizadora das grandes navegações, envolvido com a ideia de conquista a partir da perseguição heroica de objetivos. A perspectiva de uma modernidade industrializada como uma sociedade do risco que produz incessantemente riscos globais é uma reconhecida contribuição sociológica de Ulrich Beck (1992). Na Epidemiologia também tem sido abordada a dimensão do risco em uma sociedade que enaltece a competitividade produzindo identidades transitórias (Luiz, Cohn, 2006; Castiel, 2003). Czeresnia (2004) critica o conceito de risco epidemiológico utilizando a reflexão de Norbert Elias sobre o "processo civilizador", onde o autor apresenta um mundo higienizado à custa da progressiva perda de humanidade, e conclui com o chamado de Milton Santos para a construção de uma "mutação filosófica" que nos possibilite um novo sentido de existência.

Devemos, mesmo, aprender um novo conceito de risco a partir da cotidianidade do território, com o homem lento. Para Milton Santos (2000), é do lugar que virá uma "outra globalização", contrapondo-se àquela perversa alicerçada na expansão do capital e do consumo. É no lugar que o autor enxerga a criatividade com seu potencial de resistência. Encontrar-se-ão, nos territórios urbanos, as múltiplas temporalidades dos pobres das metrópoles, contrapostas ao tempo veloz da globalização, compondo o tecido social de um futuro solidário.

O homem dos riscos é arte do desencontro na desilusão de um mundo ficcional ordenado por uma pós-modernidade vazia; o homem lento é agente do encontro solidário para a transformação social. Ao homem dos riscos, a pobreza da dominação ideológica e da mesmice; ao homem lento, o homem comum, o pobre das metrópoles, a riqueza do devir e da mudança. Com o homem dos riscos, o desalento dos gestos conformados; com o homem lento, a construção da utopia.

Referências

- ALMEIDA-FILHO, N. **La ciência tímida**: ensayos de desconstrucción de la epidemiologia. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2000a.
- _____. **A ciência da saúde**. São Paulo: Hucitec, 2000b.
- _____. **A clínica e a epidemiologia**. 2.ed. Salvador: APCE – Abrasco, 1997.
- _____. **A clínica e a epidemiologia**. Salvador: APCE – Abrasco, 1992.
- ALMEIDA-FILHO, N.; COUTINHO, D. Causalidade, contingência, complexidade: o futuro do conceito de risco. **Physis**, v.17, n.1, p.95-137, 2007.
- AYRES, J.R.C.M. Epidemiologia, promoção da saúde e paradoxo do risco. **Rev. Bras. Epidemiol.**, v.5, supl.1, p.28-42, 2002.
- _____. **Sobre o risco**: para compreender a epidemiologia. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BAUMAN, Z. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BECK, U. **Risk society**: towards a new modernity. London: Sage, 1992.
- CASTIEL, L. D. **O buraco e o avestruz**. Campinas: Papirus, 1994.
- _____. Dédalo e os dédalos: identidade cultural, subjetividade e os riscos à saúde. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C.M. (Orgs.). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.79-95.
- CZERESNIA, D. Ciência, técnica e cultura: relações entre risco e práticas de saúde. **Cad. Saude Publica**, v.20, n.2, p.447-55, 2004.
- DA MATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter “antropological blues”. In: NUNES, E.O. (Org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.23-35.
- EAGLETON, T. **A idéia de cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LA MENDOLA, S. O sentido do risco. **Tempo Soc.**, v.17, n.2, p.59-91, 2005.
- LE GOFF, J. Na Idade Média: tempo da Igreja e tempo do mercador. In: _____. (Org.). **Para um conceito de Idade Média**: tempo, trabalho e cultura no ocidente. Lisboa: Estampa, 1980. p.43-60.
- LUIZ, O.C.; COHN, A. Sociedade de risco e risco epidemiológico. **Cad. Saude Publica**, v.22, n.11, p.2339-48, 2006.
- LYOTARD, J-F. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- MELO NETO, J.C. **Poesia completa**: serial e antes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- MENESES, M.P.G. “Quando não há problemas, estamos de boa saúde, sem azar nem nada”: para uma concepção emancipatória da saúde e das medicinas. In: SOUSA SANTOS, B. (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.423-67.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- OLIVEIRA, L.A. Imagens do tempo. In: DOCTORS, M. (Org.). **Tempo dos tempos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p.33-68.
- PRIGOGINE, I. **O fim das certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. **A nova aliança**. Brasília: Universidade de Brasília, 1984.

SANTOS, M. O lugar e o cotidiano. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M.P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p.584-602.

_____. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, A.A.; SILVEIRA, M.L. (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994a. p.15-20.

_____. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994b.

SEVALHO, G. **A epidemiologia e o tempo**: uma discussão sobre a percepção do tempo pela ciência epidemiológica. 1999. Tese (Doutorado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 1999.

SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M.P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p.31-83.

_____. Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e de outro. In: _____. (Org.). **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008. p.26-47.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

TEIXEIRA, E. **Cartografia simbólica do cuidado**: reflexões à luz do pensamento de Boaventura de Sousa Santos. São Paulo: Martinari, 2008.

VERDENAL, R. A filosofia positiva de Augusto Comte. In: CHÂTELET, F. (Dir.). **História da Filosofia**: idéias, doutrinas. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p.213-46. v.5.

VIRILIO, P. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

VIRILIO, P.; LOTRINGER, S. **Guerra pura**: a militarização do cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1984.

XABA, T. Prática médica marginalizada: a marginalização e transformação das medicinas indígenas na África do Sul. In: SOUSA SANTOS, B. (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.377-421.

WHITTROW, G.J. **O tempo na história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SEVALHO, G. El “hombre de los riesgos” y el “hombre lento” y la teorización acerca de el riesgo epidemiológico en tiempos de globalización. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, v.16, n.40, p.7-19, jan./mar. 2012.

Utilizando el tiempo en una composición interdisciplinaria, el concepto de riesgo epidemiológico es discutido en una comparación entre el “hombre de los riesgos” del epidemiólogo Naomar de Almeida-Filho y “el hombre lento” del geógrafo Milton Santos. La crítica de Jean-François Lyotard acerca de la ciencia como discurso que desconside la narrativa popular es usada en la argumentación. El hombre lento resiste a la fragmentación de las identidades impuesta por la globalización, creando la solidaridad en el lugar, y el hombre de los riesgos es el de la velocidad, de la modernidad padronizadora, individualista y competitiva. El riesgo epidemiológico es pensado en la proximidad del territorio y del lugar, contraponiendo a concreción del hombre lento a la artificialidad del discurso epidemiológico habitado por el hombre de los riesgos. La Epistemología del Sur de Boaventura de Sousa Santos, con sus sociologías de las ausencias y de las emergencias, sostiene esta perspectiva crítica, proponiendo una práctica científica políticamente comprometida con la justicia social, privilegiando el saber popular.

Palabras clave: Interdisciplinarietà. Tiempo. Epidemiología. Riesgo.

Recebido em 31/01/2011. Aprovado em 25/08/2011.

